CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

EDITAL DE LICITAÇÃO

1 - PREAMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 29 de junho de 2021 às 09:00h em sessão pública, na Câmara Municipal, localizada à Rua Coronel Ferrão n° 251, Centro, Senhora dos Remédios/MG, nos ditames da Lei Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93, Lei Complementar 123/2006, Lei 11.488/07, Resolução n° 03/2018, e alterações posteriores, bem como as cláusulas previstas neste Edital e anexos.

2 - OBJETO

2.1- Constitui objeto da presente licitação é a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de faxina, copeiragem e outros serviços correlatos na sede da Câmara Municipal e imóveis alugados por esta, eventualmente, mediante solicitação da Contratante, em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar da presente licitação pessoas físicas, bem como pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no país, desde que seu objeto social seja compatível com o objeto licitado e atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, sendo vedada a participação de:
- 3.1.1. Consórcios;
- **3.1.2.** Pessoas Físicas ou Empresas declaradas inidôneas para licitar, contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
- **3.1.3.** Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Senhora dos Remédios;
- 3.1.4. Empresas com falência decretada ou concordatárias;

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- **3.1.5.** Empresas que se encontrem nas hipóteses previstas no art. 9° da Lei Federal 8.666/93.
- 3.2 Não poderão participar pessoas físicas ou jurídicas nas quais o quadro societário seja composto por funcionário da Administração Direta ou Indireta do Município que estejam direta ou indiretamente ligados ao Setor requisitante ou aos Setores responsáveis pela realização da licitação.
- **3.3** A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4. DA EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

- **4.1** No caso de pessoa jurídica, a presente licitação se destina exclusivamente à participação de ME, EPP e MEI (Microempreendedor Individual), tendo em vista o valor estimado da contratação, em obediência ao disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar n° 123/2006 alterado pela Lei Complementar n° 147/2014.
- **4.2 -** A condição de ME ou EPP será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:
- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial indicando o enquadramento da empresa ou comprovante de MEI, conforme o caso;
- **b)** Declaração assinada pelo contador responsável da empresa sob as penas da Lei, indicando se a empresa participante se enquadra como ME ou EPP;
- **e)** Declaração firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum dos impedimentos previstos do \$ 4° do Artigo 3° da LC 123/06.
- **4.3 -** Sendo o participante do certame enquadrado como ME, EPP ou MEI, devidamente comprovado, a documentação de regularidade fiscal poderá ser regularizada após ser declarada a vencedora, ou seja, para a homologação e posterior elaboração do contrato, conforme estabelece a LC 123/06;
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no \$1° do art. 43 da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **4.4** Abertas as propostas de preço, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

5 - CREDENCIAMENTO

- 5.1. No dia, hora e local estipulados no preâmbulo deste edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, com poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.
- **5.2.** O credenciamento far-se-á através da apresentação da documentação abaixo indicada, conforme o caso:

5.2.1 Em caso de Pessoa Física:

- a) Declaração expressa que a empresa encontra-se habilitada conforme exigência do Edital (Anexo V).
- b) Documento de identificação, com foto e CPF do licitante/proponente;
- c) Tratando-se de procurador, procuração pública ou particular com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do documento de identificação do outorgante.

5.2.2 Em caso de Proprietário ou Sócio de empresas:

- a) Declaração expressa que a empresa encontra-se habilitada conforme exigência do Edital (Anexo V).
- **b)** Cópia do Contrato Social e Ultima Alteração, ou documento equivalente que comprove a propriedade ou sociedade;
- c) Carteira de Identidade ou outro equivalente desde que seja oficial e contenha foto.

5.2.3 Em caso de Representante que não seja proprietário:

a) Declaração expressa que a empresa encontra-se habilitada conforme exigência do Edital (Anexo V).

SEMIONA DOS REMEDIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- b) Documento de credenciamento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa conforme modelo (Anexo III), assinada pelo representante da empresa, com firma reconhecida ou que seja possível comparar a assinatura do representante com outra constante de documento de identidade oficial do mesmo.
- c) Cópia do Contrato Social e Ultima Alteração, ou documento equivalente (ato constitutivo);
- d) Carteira de Identidade ou outro equivalente desde que seja oficial e contenha foto.
- **5.3.** O documento de credenciamento deverá ser entregue em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "HABILITAÇÃO".
- **5.4** A declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, cujo modelo constitui o Anexo V estará à disposição para assinatura dos licitantes por ocasião da abertura da sessão ou poderá ser entregue individualmente preenchida e assinada pelos licitantes.
- 5.5 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir do regime diferenciado e favorecido disciplinado na Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar esta condição, no momento do credenciamento mediante:
- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial indicando o enquadramento da empresa ou comprovante de MEI, conforme o caso:
- b) Declaração firmada pelo técnico responsável devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), de que a licitante se enquadra nos Termos da Lei 123/06 na condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, conforme ANEXO VII.
- c) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4° do Artigo 3° da Lei Complementar n° 123/06.
- **5.6** A não apresentação do documento de credenciamento será motivo para não participação do certame.
- **5.7 -** Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.
- **5.8 -** Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo licitatório.

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- **5.9** A ausência, sem justificativa autorizada pelo Pregoeiro, do representante credenciado, em qualquer momento da sessão, não importará em interrupção da sessão.
- **5.10** As empresas que não encaminharem representantes deverão enviar a documentação no envelope separado, para credenciamento.

6 - ENTREGA DOS ENVELOPES

6.1 - Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

LOCAL: Câmara Municipal de Senhora dos Remédios, Rua Coronel Ferrão n° 251, Centro, Senhora dos Remédios/MG.

DATA: 29/06/2021 HORÁRIO: 09h00min.

Os envelopes deverão ainda indicar sua parte externa e frontal os sequintes dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2021

PROCESSO N° 14/2021

ENVELOPE N° 1- PROPOSTA COMERCIAL

NOME E CPF ou RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA, conforme o caso.

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2021

PROCESSO N° 14/2021

ENVELOPE N° 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

NOME E CPF ou RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA, conforme o caso.

- **6.2-** A Câmara Municipal não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" que não sejam entregues ao Pregoeiro, no local, data e horário definidos neste edital.
- **6.3 -** A ausência dos dizeres, na parte externa, não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes na própria sessão do Pregão Presencial.
- **6.4 -** Caso eventualmente ocorra a abertura do envelope B Habilitação antes do envelope A Proposta, por falta de

SERHORA DOS REMEBIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

informação na parte externa dos envelopes, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

7 - PROPOSTAS COMERCIAIS

- 7.1 As propostas comerciais deverão ser apresentadas na forma do ANEXO II, datilografadas ou em impressos timbrados da empresa licitante, em uma via, moeda corrente nacional com no máximo 02 (duas) casas decimais, rubricadas, e a última assinada pelo licitante pessoa física ou representante legal, no caso de pessoa jurídica, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do ANEXO II, deste edital e, deverão conter:
- a) Nome, número do CPF ou CNPJ (conforme o caso), endereço, e meios de comunicação à distância da licitante;
- **b)** Prazo de validade da proposta <u>não inferior a 60 dias</u>, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;
- c) Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair conforme objeto da presente licitação.
- **7.2** As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas UM PREÇO para cada item do objeto desta licitação.
- 7.3 Não serão aceitas propostas que contenham preços inexequíveis. Será considerado inexequível aquele preço que esteja aquém do correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor médio estimado pela Administração, qual seja, 50% de R\$92,50. Tendo em vista a natureza do serviço, o tamanho dos imóveis em que estes serão prestados e os preços praticados no mercado, verificou-se a necessidade de se estipular o valor que será considerado inexequível em respeito ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
- 7.4 Em cada proposta deverá constar OBRIGATORIAMENTE;
- a) Valor unitário do Item;
- b) Valor total do item;
- c) Descrição do item (com pelo menos os itens mínimos constantes no ANEXO I deste edital);

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- d) Unidade de contratação do item.
- **7.5** O critério de julgamento das propostas será do <u>tipo</u> MENOR PREÇO POR ITEM.
- 7.6 A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.7 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, a não ser que não altere o valor da proposta.
- **7.8 -** O licitante que apresentar quaisquer documentos e/ou declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.
- 7.9 A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **7.9.1 -** Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- **7.10 -** O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.
- 7.11 Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas/lances, o Pregoeiro poderá solicitar que os licitantes estendam o período de validade das propostas para um período específico adicional. Essa solicitação bem como as respostas dos proponentes será feita por escrito via facsímile ou e-mail.
- **7.12 -** Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Câmara Municipal tais como: fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.
- 7.13 Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

SEMIORA DOS RENCEIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- 7.13.1 Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;
- 7.13.2 Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidade ou defeito capaz de dificultar o julgamento; 7.13.3 Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.

8 - DA HABILITAÇÃO

- **8.1.** Será considerado habilitado para todos os itens o licitante que apresentar os documentos relacionados nos item 8.5.
- 8.1.1. O licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri-los, será inabilitado para todos os itens e sujeito às penalidades previstas neste Edital.
- **8.2 -** Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CPF/CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **8.3** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou pelo Pregoeiro, desde que acompanhados do original.
- **8.4** Nenhum documento exigido no processo poderá ser substituído por qualquer tipo de protocolo ou apresentado por meio de discos magnéticos.

8.5 - Documentação:

8.5.1 PARA PESSOA FÍSICA:

- a) Documento de identificação com foto;
- b) CPF;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débito estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito municipal;
- f) Declarações diversas, conforme modelo constante do Anexo IV.

SEMIONA DOS REMEDIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

8.5.2 PARA PESSOA JURÍDICA:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Documento de identificação com foto dos sócios, gerentes e/ou administradores;
- b) Registro Comercial e Cédula de Identidade do titular, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em se tratando de Sociedades comerciais, em caso de sociedades por ações, acompanhar documentos de eleição de seus administradores;
- d) Certidão Negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial expedida no domicílio sede do licitante;
- e) Inscrição do Ato Constitutivo e alterações, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- f) Cópia do cartão de CNPJ (Pessoa Jurídica);
- g) Cópia do cartão de inscrição estadual e/ou municipal relativo ao domicílio sede do licitante;

REGULARIDADE FISCAL:

- h) Certidão Negativa de Débito estadual e municipal do domicílio sede do licitante;
- i) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- j) Certidão de regularidade de situação junto ao FGTS, emitido pela CEF;
- k) Certidão Negativa de Débito (CND) para com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista CNDT; QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
- m) Demonstrações contábeis do último exercício, registrado no órgão competente/Optante pelo SIMPLES: Declaração de Imposto de Renda;
- n) Declarações Diversas, conforme modelo constante do Anexo IV.
- **8.6 -** A microempresa ME, empresa de pequeno porte EPP ou o Microempreendedor Individual deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
- **8.6.1 -** Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

momento em que a ME, EPP ou MEI for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

- **8.6.2 -** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao (à) Pregoeiro (a).
- **8.6.3** Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos cinco dias úteis inicialmente concedidos.
- **8.6.4** A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.
- **8.7** Caso a documentação constante dos itens 8.5.1 e 8.5.2 deste título, encontre-se vencida no momento da apresentação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão (caso seja possível) consultar os *sites* dos órgãos emissores para sua emissão, juntando-os aos autos.
- **8.7.1-** A Câmara Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.
- **8.8 -** A ausência de apresentação dos documentos exigidos neste Título **inabilitará** o licitante
- **8.9** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente,** com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- **8.9.1 -** Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, durante a sessão do Pregão.
- **8.9.2 -** Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

- **8.10** O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo à habilitação, observadas as penalidades cabíveis.
- **8.11** Caso não conste no envelope de habilitação algum documento anteriormente apresentado no momento do credenciamento, não será esta falta motivo suficiente para inabilitação.

9 - SESSÃO DO PREGÃO

- 9.1 No dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizada sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, devendo o interessado ou seu representante, identificar-se comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- 9.2 Após o credenciamento dos representantes e o recebimento dos envelopes, dar-se-á início à abertura dos envelopes de propostas. Aberto o primeiro envelope de proposta não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.
- **9.3** O Pregoeiro verificará a adequação das propostas e desclassificará as que estiverem em desacordo com este edital.
- 9.4 O Pregoeiro classificará o autor da oferta de MENOR PREÇO POR ITEM e aqueles que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.
- **9.5** Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de três.
- **9.5.1** Em caso de empate das melhores propostas, nas hipóteses dos itens anteriores, todos os proponentes com o mesmo valor por item serão convidados a participar dos lances verbais.
- 9.6 O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de

THE DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF THE PROPERT

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

- 9.7 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 9.8 A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- **9.9** Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita e o valor praticado no mercado, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente.
- **9.10** Ocorrendo hipótese de igualdade entre duas ou mais propostas de menor valor sem oferecimento de lances verbais, o Pregoeiro realizará sorteio para efetuar a classificação das propostas.
- 9.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem desinteresse em apresentar novos lances.
- **9.12** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes do termo de referência deste edital.
- 9.13 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.
- 9.14 Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais ofertados.
- **9.15 -** Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.
- 9.16 Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas,

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

o envelope que irá guardar os envelopes de documentação de habilitação, deverão ser devidamente rubricados pelo pregoeiro e pelos licitantes, ficará sob a guarda do pregoeiro, sendo exibidos aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

10 - JULGAMENTO

- 10.1 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 10.2 Será desclassificada a proposta que:
- 10.2.1 não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;
- 10.2.2 apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando o licitante renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração a ele correspondente; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3° e art. 48, II da Lei Federal n° 8.666/93.
- 10.2.2.1 Será considerado inexequível aquele preço que esteja aquém do correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor médio estimado pela Administração, qual seja, 50% de R\$92,50. Tendo em vista a natureza do serviço, o tamanho dos imóveis em que estes serão prestados e os preços praticados no mercado, verificou-se a necessidade de se estipular o valor que será considerado inexequível em respeito ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
- 10.3 Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da segunda casa decimal, se apresentados.
- 10.4 Não se considerará qualquer oferta de vantagem.
- 10.5 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 10.6 Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 10.7 Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

adjudicado o objeto.

- 10.8 Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, pela ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto.
- 10.9 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 10.10 O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.
- 10.11 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, desde que aceita as razões pelo Pregoeiro.

11 - RECURSOS

- 11.1 Os licitantes que tiverem manifestado, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer nos termos <u>do item 10.11</u>, deverão apresentar suas razões no prazo único de 3 (três) dias, a partir do dia seguinte à sua manifestação.
- 11.1.1 Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 11.1.2 No prazo recursal, fica assegurada vista dos autos.
- 11.1.2.1 Os autos poderão ser consultados na Câmara Municipal, mas não será permitida sua retirada das dependências em que se encontra.
- 11.2 O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- 11.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 11.4 Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:
- 11.4.1 ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias, observado o disposto no item 11.1;
- 11.4.2 ser dirigido ao Presidente da Câmara, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 3 (três) dias úteis;
- 11.4.3 ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;
- 11.4.4 ser protocolizado na Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Senhora dos Remédios, Rua Coronel Ferrão, 251, Centro, Senhora dos Remédios/MG, CEP 36.275-000.
- 11.5 A Administração não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Comissão Permanente de Licitação, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
- 11.6- O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 11.7 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento
- 11.8 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.
- 11.9 O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos da Câmara Municipal e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

11.10 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas em todos os itens, o envelope de "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolado. Poderá, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

12 - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.
- 12.2 Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 13 -- Em se tratando de aquisição para entrega imediata proceder-se-á conforme disposto no art. 62, Lei 8.666/93.

14- DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO

- 14.1 O prazo para assinatura do contrato é de até 10 (dez) dias a contar da notificação da Câmara para a assinatura, e, a partir de então, os serviços deverão ser prestados conforme necessidade da Contratante, devendo ser disponibilizado em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação desta.
- **14.2 -** O prazo de vigência do contrato será de 12 meses a contar da assinatura deste.

15 - DO PAGAMENTO

- 15.1 A licitante vencedora apresentará à Administração Municipal documento pertinente **referente ao serviço efetivamente prestado**.
- 15.2 A Administração Municipal terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da apresentação do documento para aceitá-lo ou rejeitá-lo.
- 15.3 Os documentos não aprovados serão devolvidos à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 14.3, a partir da data de sua reapresentação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- 15.4 A devolução do documento não aprovado, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a contratada suspenda quaisquer serviços.
- 15.5 A Câmara Municipal de Senhora dos Remédios providenciará o pagamento no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data do aceite do documento fiscal.
- **15.6** As despesas decorrentes da aquisição dos objetos no exercício de 2019 correrão à conta da seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Senhora dos Remédios, conforme o caso: 3.3.90.39.00.1.02.00.01.031.0025.2.0002 3.3.90.36.00.1.02.00.01.031.0025.2.0002

16 - PENALIDADES

- 16.1 A recusa do adjudicatário em assinar o eventual Contrato, quando convocado, dentro do prazo estabelecido, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:
- a) Advertência, que será aplicada sempre por escrito, em simples irregularidades que não apresentem prejuízo efetivo de ordem administrativa à CONTRATANTE;
- b) Multas, na forma prevista no instrumento convocatório;
- c) Suspensão temporária do direito de contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- d) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de suspensão do item anterior.
- 16.2- A multa poderá ser aplicada, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, no caso de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato ou deste edital, e, em especial, nos seguintes casos:
- a) Recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, multa de 20% (vinte por cento) do valor total do objeto;
- **b)** Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor do pedido representado pela Nota de Empenho/Autorização de Compras, por dia, na hipótese de atraso injustificado da entrega dos produtos, sendo aplicada em dobro nas

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

reincidências, sem prejuízo dos descontos e indenizações. A presente multa será aplicada também nos dias de atraso nas substituições de produtos que não estejam em conformidade com o objeto registrado;

- c) Caso a entrega do objeto licitado em desacordo com as especificações, alterações de qualidade, quantidade, rendimento, multa de 10% (dez por cento) do valor total da nota de autorização de fornecimento.
- d) Recusa de prestação dos serviços, multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.
- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão do mesmo por culpa do contratado, da suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Câmara Municipal pelo prazo de 5 (cinco) anos;
- 16.3 As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- **16.4** Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade (inadimplência contratual).
- 16.5 O licitante que apresentar a documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com a Câmara Municipal pelo prazo de 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Câmara Municipal.
- **16.6 -** A aplicação das penalidades capituladas neste item não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei n°.8.666/93.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III - Modelo de Credenciamento;

Anexo IV - Modelo de Declarações Diversas;

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

Anexo V - Modelo de Declaração de Habilitação; Anexo VI - Modelo de Declaração de Responsabilidade Anexo VII- Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP; Anexo VIII- Minuta de Contrato;

- 17.2 A apresentação dos Envelopes implica na aceitação tácita e irrestrita pelo licitante de todas as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.
- 17.3 Não serão aceitos envelopes proposta e habilitação entregues após o horário estabelecido.
- 17.4 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a autoridade competente determinar a contratação, revogá-la em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta. Bem como anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 17.4.1 Anulação do procedimento licitatório induz a do contrato.
- 17.4.2 Os licitantes não terão direito á indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 17.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e esta Entidade Pública não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.
- 17.6 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.
- 17.7 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

- 17.8 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 17.9 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 17.10 Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 17.11 O Pregoeiro ou Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente. Sendo possível, a promoção de diligências junto aos licitantes, com o objetivo de esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3°, do art. 43 da Lei Federal n° 8.666/93.
- 17.11.1 Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, desde que esteja acompanhado dos originais.
- 17.11.2 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.
- 17.12 As decisões do Presidente da Câmara e do Pregoeiro serão publicadas no mural da Câmara e encaminhada cópia aos interessados via fax ou por meio eletrônico.
- 17.13 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 17.14 A Câmara poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- 17.15 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 17.16 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento e pretação dos serviços.
- 17.17 Fica eleito o foro desta Comarca, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

18 - IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 18.1 Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, devendo ser encaminhadas por escrito ao Pregoeiro via Protocolo Geral, Rua Coronel Ferrão, n° 251, Centro, Senhora dos Remédios/MG.
- 18.1.1 A petição será dirigida ao Pregoeiro, que decidirá no prazo de vinte e quatro horas.
- 18.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas.
- **18.1.3** A resposta ao esclarecimento ou impugnação será publicada no quadro de aviso da Câmara e encaminhada cópia ao interessado autor do pedido ou da impugnação.

Senhora dos Remédios, 15 de junho de 2021

LUIZ ALÍPIO DA SILVA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA GONÇALVES PREGOEIRA



Estado de Minas Gerais CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 - Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de faxina, copeiragem e outros serviços correlatos na sede da Câmara Municipal e imóveis alugados por esta, eventualmente, mediante solicitação da Contratante, em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, observados as especificações e condições constantes deste Projeto Básico.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO/DA ESTIMATIVA DE PRECOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (DIAS)	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA - 7 HORAS) Estimado	VALOR TOTAL (100 DIAS) - Estimado
01	Prestação de serviços de faxina, copeiragem e outros serviços correlatos na sede da Câmara Municipal e imóveis alugados por em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas	100	R\$92,50	R\$9.250,00

- 2.1 Os serviços serão prestados na sede da Câmara Municipal, à Rua Coronel Ferrão, n. 251, Centro e nos imóveis locados pela Instituição, quais sejam: imóvel locado para funcionamento do CAC, na Rua Coronel Ferrão, n. 206, Centro, e no imóvel alugado para depósito e arquivo da instituição, localizado na Rua Coronel Ferrão, n. 291, Centro, todos nesta urbe;
- 2.2 Os serviços deverão ser prestados no horário de funcionamento da Câmara e, excepcionalmente, em horários extras no caso de sessões extraordinárias, solenes ou outros eventos realizados pela Câmara, previamente marcados e comunicados;
- 2.3 Os serviços compreendem a limpeza, conservação e organização da sede da Câmara e dos imóveis locados pela Instituição, incluindo limpeza de piso, paredes, banheiros, mobiliário, cozinha, vidros, equipamentos,

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

entre outros, bem como, organização dos pertences da Edilidade, organização e conservação dos seus bens e almoxarifado, e serviços de copeiro simples, como fazer e servir café, suco, lanche, entre outros;

2.4 Os serviços devem ser prestados com excelência, zelo e perfeição.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 A Câmara Municipal de Senhora dos Remédios conta com um cargo de auxiliar de serviços gerais que, além de atribuições administrativas e suporte aos diversos setores da Câmara, acumula as funções de faxineiro e copeiro. O servidor que ocupa tal cargo estará em gozo de férias no mês de junho de 2021, razão pela qual algumas de suas funções serão desempenhadas por outros servidores da atribuições de faxina e copeiragem Edilidade e as necessitam de outra pessoa para realizar, haja vista a insuficiência e impossibilidade de outros servidores desempenhar tais funções sem prejuízo de seu serviço. Além disso, como dito, o servidor que desempenha o cargo de auxiliar de serviços gerais tem muitas outras atribuições, as quais em certas situações aumentam o volume, o que, eventualmente, o impossibilita de realizar uma faxina mais minuciosa nos imóveis da Câmara, o que demanda a contratação dos serviços de faxina para esses casos excepcionais;
- 3.2 Além disso, a Câmara expandiu o Centro de Apoio ao Cidadão, o que gerou a necessidade de locação de um outro espaço para desenvolvimento das atividades do Centro, aumentando consideravelmente o espaço para faxina e organização;
- 3.3 Por outro lado ainda, com a expansão do CAC, haverá aumento das atividades desenvolvidas pelo Auxiliar de Serviços Gerais, que, muitas vezes, se vê impossibilitado de desempenhar os serviços de faxina com mais afinco;
- 3.4 Sendo assim faz-se necessária a contratação do serviço para a conservação e higiene da sede e demais imóveis locados pela Câmara Municipal e desenvolvimento de seus serviços;
- 3.5 Ressalta-se que não se trata de contratação para ocupar o cargo de auxiliar de serviços gerais, haja vista que algumas das atribuições do cargo serão desempenhadas pelo



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

quadro de funcionários do órgão, tratando-se tão somente da limpeza, conservação e organização do patrimônio da Instituição, durante o afastamento do servidor responsável por tal e em apoio a este quando necessário;

- 3.6 A contratação pretendida não se trata de vínculo empregatício, visto que pretende a contratação de diarista para prestação de serviços especificados, em caráter eventual, sem subordinação.
- 3.7 A contratação de diarista é mais viável e econômica para o órgão público, visto que se trata de uma necessidade eventual, a curto prazo, em dias predefinidos.
- 3.8 A modalidade licitatória a ser utilizada será pregão presencial, haja vista tratar-se de prestação de serviços comuns, cujo padrão de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por intermédio de especificações usuais praticadas no mercado. A opção pela forma presencial se deve ao fato da Edilidade não contar com a regulamentação do pregão eletrônico, tendo em vista que o Município não dispõe de acesso à internet de qualidade a permitir o seguro andamento da sessão eletrônica da referida modalidade licitatória;
- 3.9 Ainda que o valor seja baixo, configurando hipótese de dispensa de licitação, a contratação será feita mediante licitação a fim de aumentar a publicidade e, consequente, a competitividade e transparência.
- 3.10 Em caso de empate será realizado sorteio.

4. DO PERFIL DA PESSOA A SER CONTRATADA

4.1 Natureza Jurídica: Pessoa Física ou Pessoa Jurídica que se enquadre como MEI, ME ou EPP e preencha os requisitos do Edital.

5. DOS MATERIAIS E PRODUTOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os materiais e produtos necessários para a prestação dos serviços serão fornecidos pela Câmara Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 As despesas provenientes da referida prestação de serviços e decorrentes da execução contratual correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
- 3.3.90.39.00.1.02.00.01.031.0025.2.0002
- 3.3.90.36.00.1.02.00.01.031.0025.2.0002

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 A Contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazo fixados pela Câmara, assim como a observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do serviço.
- 7.2 O Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia da Câmara, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Cumprir fielmente o objeto, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
- 8.2 Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens da Câmara ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.
- 8.3 Comunicar imediatamente à Câmara qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado.
- 8.4 Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 - Fornecer todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados.

SERHORA DOS REMENOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

- 9.2 Acompanhar e fiscalizar os serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.
- 9.3 Pagar os valores contratados pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições contratuais.
- 9.4 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 9.5 Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.

10. GESTÃO /FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - A fiscalização do contrato será realizada pela Presidência e Secretaria da Câmara.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Câmara em até 05 (cinco) dias úteis após a prestação dos serviços e apresentação de documentação regular perante o setor de contabilidade da Câmara.
- 11.2 O pagamento à CONTRATADA somente será realizado mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas.

12. VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1 - O contrato a ser firmado vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II da Lei 8666/93, por se tratar de prestação de serviços de natureza contínua.

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

13 - DAS PENALIDADES

Além das sanções previstas na lei n $^{\circ}$ 8.666/93 e n $^{\circ}$ 10.520/02, as seguintes sanções poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente:

- a) pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:
- a) advertência por escrito;
- b) multa, para o caso de descumprimento dos prazos contratuais, no importe de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, até o 30° (trigésimo) dia, calculado sobre o valor do contrato, não podendo ultrapassar o limite de 10% do valor do saldo contratual;
- b.1) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de quaisquer das partes, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual.
- c) suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 05 (cinco) anos, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02.

14. CONDIÇÕES GERAIS

- 14.1 A Câmara reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.
- 14.2 Qualquer tolerância por parte da Câmara, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Contratante exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 14.3 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

Senhora	dos	Remédios,	15	de	junho	de	2021.
		Presidente	da	Câr	nara		



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2021

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa/Nome pessoa	física: _		
CNPJ/CPF:			
Representante Legal	(caso de	empresa):	
Endereço:			
Telefone:			
Email:			

1 - DO OBJETO

ITEM 01 - Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de faxina, copeiragem e outros serviços correlatos na sede da Câmara Municipal e imóveis alugados por esta, eventualmente, mediante solicitação da Contratante, em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, observados as especificações e condições constantes do Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (DIAS)	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA - 7 HORAS)	VALOR TOTAL (100 DIAS)
01	Prestação de serviços de faxina, copeiragem e outros serviços correlatos na sede da Câmara Municipal e imóveis alugados por em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas	100		

VALIDADE DA	PROPOSTA:	dias	corridos	a	contar	da
apresentação	da proposta.					

Declaro, sob penas da lei, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação.

Atenciosamente.

Local/data/assinatura



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 04/2020ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO

A(nome da empresa), CNPJ n $^{\circ}$ /	-
, com sede à, nes	_ t∈
ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, c	on
qualificação completa — (nome, RG, CPF, nacionalidad	
estado civil, profissão e endereço), pelo presen	te
instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s)
Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidad	.e,
estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m)
amplos poderes para junto à Câmara Municipal de Senhora d	
Remédios/MG (ou de forma genérica: para junto aos órgã	
públicos federais, estaduais e municipais) praticar os at	
necessários para representar a outorgante na licitação	
modalidade de PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 - PROCES	
LICITATÓRIO 14/2021 (ou de forma genérica para licitaçõ	
em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-o	
conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir	
recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negoci	
preços e demais condições, confessar, transigir, desisti	
firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitaçã	
podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou s	
reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme	\in
valioso.	
, de de 20_	

Assinatura e CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2021

ANEXO IV

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

Em	presa		pesso		física
• • • •					
seu		representante		legal,	0
		~			• •
porta		a Carteira			
DECLA		e penas da lei:	do CPF n°.	• • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •
		pondo da ror.			
1)		O AO ART. 27			
		pela Lei 9854,			· -
		a menor de dez			
		u insalubre e	nao emprega	menor de d	lezesseis
2)	anos;			רא ווארדדדתא	070. m.s
2)		CIA DE FATO IM			
	=	sente data inez itação, estand		=	
	-	corrências pos		ODIIGATOII	euaue ue
3)		TO DO INSTRUME		TÓRIO: ter	recehido
3)		documentos e i			
		es para cumpri:	•		
	Licitação;	oo para oampri			.0,000 0.0
	,				
		_	_		
		Local	e data		
	(Nome-	Identidade - C	PF/CNPJ do	declarante)	
	•			•	

 $\underline{\text{OBS}}$: A presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.



Estado de Minas Gerais CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2021 ANEXO V - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

	(nor	me	da	empresa	ı ou	pessoa
física), CNPJ ou CPF n°				,	com	endereço
na						
, na ci	dade	de				, estado
de, DECLARA, sob	as	pena	 1S	da lei,	que	cumpre
plenamente os requisitos	de ha	abil	itaç	cão para	part	icipação
no presente procedimento	licit	tató:	rio	- PREGÂ	ÁO PF	RESENCIAL
02/2021 - PROCESSO LICITAT	ľÓRIO	14/2	2021	•		
O preenchimento dos requi	isitos	s de	ha	bilitaçã.	o po	derá ser
comprovado mediante verif	icaçã	o do	os (document	os co	nstantes
do envelope de habilitação						
DECLARA que até a pre	sente	da	ta	inexist	e(m)	fato(s)
<pre>impeditivo(s) para hak</pre>	oilita	ção,		estando	cie	ente da
obrigatoriedade de declara	ar oco	rrên	ncia	s poster	iores	
DECLARA também ter	conh	ecim	ent	o do	ins	trumento
convocatório, tendo red	cebido	t	odos	s os c	docum	entos e
informações, conhecer	e a	cata	r	as con	.diçõe	es para
cumprimento das obrigações	s obje	to d	la L	icitação		
	,	d	le _		de	20
Emprosa/Nomo						

Empresa/Nome CNPJ/CPF Assinatura



Estado de Minas Gerais CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2021

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A	Empresa					(nome	da
empre	esa),	inscrita	no	CNPJ	sob	0	n.°
					,	neste	ato
		por seu Sá					
		qualidade					
		ob a modali					
	_	ela Câmara 1	_	l de Sen	nhora do	s Reméd	ios,
		nas Gerais,	-				
		nteira respo		_			
		umentos apre			ando-se	a event	ıaıs
aver	ıguaçoes	que se faça	m necess	arios;			
vigê obri	ncia do gações a	e-se a man presente co ssumidas, to exigidas na	ntrato, odas as	em comp condiçõe	atibili	dade com	ı as
T∈	em conhe	cimento e s	submete-s	se ao d	isposto	na Lei	n°
		Código de De					
		nexos acima					
Muni	cipal de	Senhora dos	Remédio	S.			
Por s	ser expre	essão de ver	dade, fi	rmamos o	presen	te.	
Local	1. (de		de 20	_		
	•						
Assin	natura do	o representa	nte lega.	l da lic	itante		



Αo

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2021 ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregoeiro (a) da Câmara Municipal de Senhora dos Remédios.

Referência: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020	
PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2020	
DECLARAMOS SOB AS PENAS DA L	EI , que a
empresa	<u> </u>
inscrita no CNPJ sob o n°	<i>r</i>
sediada na Av./Rua, n°	_, bairro
, na cidade de, requisitos legais para qualificaçã	cumpre os
(incluir a co	-
empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Peq	
(EPP)), art. 3° da Lei Complementar n.° 123/2006	
está sujeita a quaisquer dos impedimentos do s	
artigo, estando apta a usufruir do tratamento	favorecido
estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.	
() Declaramos possuir restrição fiso	
documento(s) de habilitação e pretendemos utiliz	-
previsto no art. 43, § 1° da Lei Complementar r	
para regularização, estando ciente que, do	
decairá o direito à contratação, estando sujeita	
previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.	
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a	a ressalva
acima)	
1	1
,de	de
·	
(assinatura do representante legal)	
Nome:	
CPF:	
(assinatura do técnico em contabilidade respon	sável pela

contabilidade da empresa)



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

Nome:									
CRC:									
Declaração a	ser (emitida	em p	apel	_ timb	rado,	de	forma	que
identifique									
OBSERVAÇÃO;	Esta	declar	ação	é	uma	opção	da	a emp	resa
proponente e	e deve	se ad	lequar	à	respe	ectiva	si	tuação	da
empresa, ser	vindo a	apenas c	como n	nodel	ο.				



Estado de Minas Gerais CNPJ 01.065.058/0001-86

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2021

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob n° 01.065.058/0001-86, com sede na Rua Coronel Ferrão, n° 251, neste ato representada pela sua Presidente, (qualificação), denominada CONTRATANTE, e licitante vencedor (nome e qualificação), denominado CONTRATADA, ajustam entre si um contrato para prestação de serviços de faxina, copeiragem e outros serviços correlatos na sede da Municipal e imóveis alugados por esta, eventualmente, mediante solicitação da Contratante, em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, observados as especificações, em virtude da homologação do processo licitatório nº 14/2021, Pregão Presencial n° 02/2021, tudo de conformidade com a Lei Federal n° 10.520/02, Lei n° 8.666/93 e Resolução n. 03/2018, LC 123/06 alterações posteriores e, ainda, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de faxina, copeiragem e outros serviços correlatos na sede da Câmara Municipal e imóveis alugados por esta, eventualmente, mediante solicitação da Contratante, em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, observados as especificações, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência que é parte integrante deste.
- 1.2 O contratado irá prestar serviços à Contratante, mediante solicitação desta, o que deverá ser feito com antecedência mínima de 24 horas da data da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Pela prestação dos serviços descritos na cláusula primeira, o CONTRATANTE, pagará ao CONTRATADO os seguintes valores:



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (DIAS)	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA - 7	VALOR TOTAL (30 DIAS)
01	Prestação de serviços de faxina, copeiragem e outros serviços correlatos na sede da Câmara Municipal e imóveis alugados por em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas	100	R\$	R\$

2.2 - No valor da proposta estão contidos todos os tributos e encargos trabalhistas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

- 3.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Câmara em até 05 (cinco) dias úteis após a prestação dos serviços e apresentação de documentação regular perante o setor de contabilidade da Câmara.
- 3.2 O pagamento à CONTRATADA somente será realizado mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 4.1. As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
- 3.3.90.39.00.1.02.00.01.031.0025.2.0002
- 3.3.90.36.00.1.02.00.01.031.0025.2.0002

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

- **5.1.** Da CONTRATADA:
- 5.1.1 Cumprir fielmente o objeto, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
- 8.1.2 Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens da Câmara ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

- 8.1.3 Comunicar imediatamente à Câmara qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado.
- 8.1.4 Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados.

5.2. DA CONTRATANTE

- 5.2.1 Fornecer todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados.
- 5.2.2 Acompanhar e fiscalizar os serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.
- 5.2.3 Pagar os valores contratados pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições contratuais.
- 5.2.4 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 5.2.5 Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.

CLAUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

- Além das sanções previstas na lei $\,$ n° 8.666/93 $\,$ e $\,$ n° 10.520/02, as seguintes sanções poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente:
- a) pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:
- a) advertência por escrito;
- b) multa, para o caso de descumprimento dos prazos contratuais, no importe de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, até o 30° (trigésimo) dia, calculado sobre o valor do contrato, não

CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

podendo ultrapassar o limite de 10% do valor do saldo contratual;

- b.1) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de quaisquer das partes, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual.
- c) suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 05 (cinco) anos, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02.

CLAUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- **7.1.** A fiscalização do contrato será realizada pela Presidência e Secretaria da Câmara.
- 7.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.
- **7.3.** A CONTRATANTE reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do presente contrato, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

- **8.1.** Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos no Art.78, ou amigavelmente nos termos do Art. 79, inciso II, todos da Lei Federal 8.666/93.
- **8.2.** Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLAUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. O contrato a ser firmado vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II da Lei 8666/93, por se tratar de prestação de serviços de natureza contínua.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS 10.1 O preço do presente contrato é fixo e irreajustável, ressalvada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro



Estado de Minas Gerais

CNPJ 01.065.058/0001-86

inicialmente estabelecido, conforme previsto na Lei 8.666/93, mediante a aplicação do índice de inflação apurado nos 12 meses anteriores pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato poderá ser rescindido pelas partes na ocorrência de quaisquer dos motivos especificados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela Contratante, lavrando-se o respectivo termo, conforme os artigos 57 e 65 da Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Barbacena/MG, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) Testemunhas.

	Senhora dos Remédios, data.
Contratante	Contratado
Testemunhas	